

7

7

SETEMBRO 1985

CADERNOS

DCP

DEPARTAMENTO
DE CIÊNCIA POLÍTICA

FACULDADE DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CADERNOS DCP

CADERNOS DO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

CADERNOS DO
DEPARTAMENTO
DE CIÊNCIA POLÍTICA

Setembro de 1985

N.º 7

Esta publicação pode ser adquirida junto ao

Departamento de Ciência Política, FAFICH/UFMG
Rua Carangola, 288 — 4º andar
30000 Belo Horizonte, MG

ou solicitada pelo Reembolso à

Editora UFMG — CP 1261 — 30000 Belo Horizonte, MG

OPINION
ARTAMENTO
CONTO

Cadernos do Departamento de Ciência Política, nº 7 — setembro
1985

Belo Horizonte, DCP/FAFICH

188 p.

1. Teoria Política — Periódico. 2. Política Brasileira —
Periódico. 3. Política Latino-Americana — Periódico.

CDU 32
CDD 320

SUMÁRIO

MUDANÇA POLÍTICA NO BRASIL: ABERTURAS, PERSPECTIVAS E MIRAGENS Fábio Wanderley Reis	11
DESENVOLVIMENTO, IGUALDADE E DEMOCRACIA: OS PROSPECTOS DA TRANSIÇÃO POLÍTICA NO BRASIL Antônio Octávio Cintra e Luís Aureliano Gama de Andrade	37
PARTICIPAÇÃO E COMPORTAMENTO POLÍTICO Mônica Mata Machado de Castro	57
SOCIEDADE E POLÍTICA(S) NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: INTERPRETAÇÕES E (CONTRA) ARGUMENTOS Bernardo Sorj e Malori J. Pompermayer	85
A AUTOCONSTRUÇÃO COMO BASE DE UMA POLÍTICA HABITACIONAL: ALTERNATIVA OU MITO? Sérgio de Azevedo	103
FENÔMENOS DE MASSA NA SOCIEDADE OLIGARQUICA: O DESPONTAR DA MODERNIDADE EM ARIEL DE RODÓ Antônio Mitre	137
INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA, INTEGRAÇÃO REGIONAL E O CONTEXTO LATINO-AMERICANO Celson J. da Silva	155

ESCREVEM NESTE NÚMERO

— ANTÔNIO FERNANDO MITRE

Professor do Departamento de Ciência Política
Doutor em História pela Universidade de Columbia

— ANTÔNIO OCTAVIO CINTRA

Professor do Departamento de Ciência Política
Doutor em Ciência Política pelo MIT

— BERNARDO SORJ

Professor do Departamento de Ciência Política
Doutor em Sociologia pela Universidade de Manchester

— CELSON JOSÉ DA SILVA

Professor do Departamento de Ciência Política
Doutor em Ciência Política pela Universidade de Heidelberg

— FÁBIO WANDERLEY REIS

Professor do Departamento de Ciência Política
Doutor em Ciência Política pela Universidade de Harvard

— LUÍS AURELIANO GAMA DE ANDRADE

Professor do Departamento de Ciência Política
Doutor em Ciência Política pela Universidade de Michigan

— MALORI JOSÉ POMPERMAYER

Professor do Departamento de Ciência Política
Doutor em Ciência Política pela Universidade de Stanford

— MÔNICA MATA MACHADO DE CASTRO

Professora do Departamento de Ciência Política
Mestre em Ciência Política pela UFMG

— SÉRGIO DE AZEVEDO

Professor do Departamento de Ciência Política
Doutor em Sociologia pela Universidade de Louvain

MUDANÇA POLÍTICA NO BRASIL: ABERTURAS, PERSPECTIVA E MIRAGENS*

Fábio Wanderley Reis

I

Em março de 1983, participando de uma reunião de cientistas sociais sobre a teoria democrática, tive a oportunidade de assistir à apresentação de um trabalho de Philippe Schmitter sob o título de "The Demise of Authoritarian Regimes".¹ Vendo-o formular um elaborado "modelo" do desaparecimento ou morte dos regimes autoritários referido de maneira enfática aos países latino-americanos, lembrei-me de que apenas uns poucos anos transcorreram desde a publicação do volumoso estudo organizado por Juan Linz e Alfred Stepan sob o título de *The Breakdown of Democratic Regimes*, onde o caso dos países latino-americanos ocupa igualmente lugar de relevo.² A impressão de fluidez que essa observação simples produz com respeito ao estudo dos problemas políticos da região se reforça quando nos damos conta de que também entre os economistas encontramos uma sucessão de diagnósticos a ocorrerem na esteira dos eventos: vamos, por exemplo, da estagnação pelo esgotamento do

* Este trabalho foi originalmente apresentado ao seminário «Oportunidades e Limites da Sociedade Industrial Periférica: O Caso do Brasil», promoção conjunta do Stanford-Berkeley Joint Center for Latin-American Studies e do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Nova Friburgo, 18 a 20 de julho de 1983, e Berkeley, Califórnia, 29 de janeiro a 2 de fevereiro de 1984. Publica-se aqui sem maiores modificações. Naturalmente, certas passagens refletem a conjuntura em que foi escrito, e algumas notas de rodapé foram introduzidas com o objetivo de ajustá-las à perspectiva do início de 1985. Contudo, o problema das relações entre uma ótica de curto prazo e outra de longo prazo é ele próprio um dos temas centrais do trabalho, e as proposições básicas formuladas parecem sustentar-se plenamente a despeito e através das vicissitudes do período recente.

1. Conferência pronunciada no Inter-University Centre, Dubrovnik, Iugoslávia, em 31 de março de 1983.

2. Juan Linz e Alfred Stepan (eds.), *The Breakdown of Democratic Regimes*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1978.

modelo de substituição de importações aos diagnósticos de “além da estagnação”. . . De outro lado, não se trata aqui de algo restrito aos temas especificamente latino-americanos, como a voga atual do conceito de corporativismo deixa claro. Basta lembrar que, enquanto até há pouco esta expressão era uma espécie de xingamento aplicado seja às experiências de tipo fascista, seja a certas “tradições” não muito respeitáveis e peculiares a determinados países ou regiões (a tradição “ibérico-latina” de Wiarda, por exemplo),³ somos agora, subitamente, todos “corporativistas”, apesar de certa variedade de matizes.⁴

Por certo, não é minha intenção sugerir que a ciência social, na América Latina ou fora dela, deixe de ocupar-se dos eventos que, a cada momento, marcam a conjuntura e assinalam possíveis pontos de ruptura e reorientação do processo histórico. É indispensável, porém, que essa sensibilidade aos eventos não redunde em mera flutuação de temas em moda ao sabor deles, como parece vir ocorrendo no período recente. O presente seminário, buscando colocar em perspectiva alguns problemas da sociedade brasileira contemporânea naquilo que ela compartilha com outras sociedades industriais periféricas, parece ocasião adequada para que se destaque a necessidade de uma postura mais proveitosa. Tal postura deverá necessariamente traduzir-se num esforço em que a incorporação dos eventos seja conduzida de maneira consistente e sistemática — vale dizer, teoricamente equipada e ambiciosa e, portanto, “estruturante”. Isso requer, em minha opinião, precisamente certo tipo de distanciamento com relação aos eventos. Se não tivermos condições de nos desincumbirmos a contento da tarefa assim definida, mais vale que nos limitemos — para ficar no âmbito da política — à leitura do bom jornalismo de um Carlos Castello Branco. . .

Ainda duas palavras à quisa de introdução. Como pretende justamente destacar, no que segue, alguns aspectos políticos do tema geral que nos ocupa, não há como omitir o problema posto pelas proporções da crise econômica do momento, a qual pode talvez produzir o sentimento de futilidade diante de qualquer discussão que não privilegie diretamente as questões econômicas — supostamente as questões “básicas”. Sou da opinião de que também aqui temos envolvidos certos problemas teórico-metodológicos a merecerem exame por si mesmos, embora tal exame não possa, naturalmente, realizar-se nesta oportunidade. Cabe assinalar, con-

3. Veja-se, por exemplo, Howard Wiarda, «Toward a Framework for the Study of Political Change in the Iberic-Latin Tradition: The Corporative Model», *World Politics*, 25, 1, janeiro de 1973.

4. Veja-se, por exemplo, Suzanne D. Berger (ed.), *Organizing Interests in Western Europe: Pluralism, Corporatism, and the Transformation of Politics*, Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

tudo, que, ao invés do convite ao retraimento, as proporções da crise econômica não devem ser tomadas senão como razão a mais pura que o analista político se faça presente. E isto não apenas porque a crise econômica, vistas as coisas de maneira convencional, tenderá provavelmente a produzir conseqüências políticas de monta. Na verdade, o que está em jogo no embate de interesses materiais que configuram a crise é algo não menos diretamente “político” do que “econômico” em sua natureza — proposição que se articula com a idéia de que a “base social” dos conflitos *de qualquer tipo* não corresponde menos à esfera própria do político do que o plano que tem a ver com a tradução organizacional ou institucional (“político”-institucional) de tais conflitos. Isso encerra, como parece claro, uma tentativa de redefinição das relações entre infra-estrutura (“econômica”) e superestrutura (“política”) que seria preciso elaborar.⁵ Como não pretendo tentar aqui tal elaboração, passo diretamente ao que me parece o cerne da questão que me foi proposta pelos organizadores de nosso seminário, na esperança de que essa vaga sugestão possa ser de utilidade no exame dos temas específicos.

II

Avaliar as perspectivas do processo de transformação política no Brasil de hoje supõe, naturalmente, que se disponha de um diagnóstico de nossa atualidade política. Procurarei esboçar rapidamente o que me parece um diagnóstico adequado, desculpando-me por ter de enunciar, de permeio, certas banalidades.

O regime autoritário brasileiro de pós-64 me parece apresentar duas características importantes para a compreensão dos problemas que sua vigência envolve.

A) A primeira delas diz respeito às restrições à incorporação plena dos “setores populares” à vida política. Tal característica se relaciona com a própria origem do regime e seu significado “estrutural”. O problema aqui envolvido encontra expressão na retomada recente do debate sobre estado e sociedade no Brasil. Uma das posições a respeito — provavelmente a mais festejada e difundida — salienta a inserção do país numa tradição patrimonial e corporativista e pretende ver nos eventos de 1964 e seu desdobramento a reiteração de certas tendências básicas sempre presentes em nossa vida política, que lhe conformariam mesmo a feição peculiar ou a “essência” — embora às vezes contrariada por flutuações super-

5. Essa redefinição é tentada em meu *Política e Racionalidade: Problemas de Teoria e Método de uma Sociologia «Crítica» da Política*, Belo Horizonte, UFMG/PROED/RBEP, 1984.

ficiais. Em contraposição, a perspectiva em que se destacam as dificuldades envolvidas na incorporação política dos setores populares vê no autoritarismo de pós-64 uma das vicissitudes decorrentes da *transformação* da estrutura social brasileira. Ao invés da mera reafirmação de padrões tradicionais ou seculares de relacionamento entre “estado” e “sociedade”, trata-se de apontar as mudanças ocorridas na própria conformação da sociedade e os problemas que tais mudanças colocam para a estrutura e o funcionamento do estado. Em particular, caberia falar da emergência do que se pode descrever como a fase da “política ideológica” — por oposição à “política tradicional” ou “pré-ideológica” —, caracterizada pelo processo de mobilização social e pelo aparecimento de grupos tais como as classes sociais, enquanto focos de solidariedade tendencialmente universalística, em substituição ou complementarmente aos vínculos de natureza pessoal ou particularística típicos da fase anterior.⁶

Assim, o diagnóstico do processo político vivido pelo Brasil nas décadas recentes pode ser formulado em termos de que o país vive uma *crise constitucional* em sentido sócio-político profundo (embora, naturalmente, com ramificações jurídico-organizacionais: o que está em jogo é a questão de uma recomendação no convívio de forças sociais importantes, correspondentes, em última análise, às classes sociais. A expressão ou consequência mais clara dessa crise é o *pretorianismo* que tem marcado a vida brasileira, com a presença saliente dos militares no processo político como decorrência do debilitamento dos mecanismos institucionais que se revelaram aptos a enquadrar aquele processo na estrutura oligárquica tradicional. Naturalmente, é possível e necessário distinguir fases no processo deflagrado pela crise constitucional e pela irrupção do pretorianismo, em correspondência, por exemplo, com a distinção proposta por Huntington entre o pretorianismo “radical” e o “de massas”.⁷ Um primeiro momento do pretorianismo brasileiro pode ser diagnosticado nas agitações que marcam o que se tornou conhecido como o movimento tenentista, a culminar na Revolução de 30. Esse movimento corresponde, *grosso modo*, à mobilização das classes médias, que se contrapõem ao caráter estritamente oligárquico do processo político anterior e demandam participação. A atuação política dos militares, como atores privilegiados da condição pretoriana em qualquer de suas fases ou formas, adquire nesse momento um sentido inequivocamente dinâmico ou progressista. Socialmente

6. Veja-se Fábio W. Reis, «Brasil: 'Estado e Sociedade' em Perspectiva», *Cadernos DCP*, 2, dezembro de 1974.

7. Samuel P. Huntington, *Political Order in Changing Societies*, New Haven, Yale University Press, 1968, cap. 4.

vinculados sobretudo aos setores médios, concorrem eles de maneira crucial para a ampliação dos parâmetros dentro dos quais se desenrola o jogo político e para a busca de formatos institucionais compatíveis com a participação política ampliada.

Mas as coisas mudam no momento seguinte. As transformações sociais que deflagram inicialmente o pretorianismo, ao se desdobrarem e aprofundarem, abrem a caixa de Pandora da mobilização sócio-política e das demandas de participação — e agora é a vez de trabalhadores manuais e setores populares em geral, que se expandem e concentram nas cidades em crescimento, baterem à porta de um sistema político construído à sua revelia. O populismo, com a emergência de lideranças e mensagens que apelam à insatisfação ideologicamente pouco articulada desses setores, é uma das consequências importantes. A atuação política dos militares muda de sinal: de aríete em favor da mudança política e do alargamento da participação, passam eles agora a agir predominantemente como guardiães da ordem precariamente instituída, como assinala Huntington com propriedade. E, compondo-se num quadro de disputas político-ideológicas que se ramificam no plano internacional e ganham aí colorações especiais, o autoritarismo tal como o experimentamos a partir de 1964 surge como reação às pressões crescentes de participação popular e às ameaças de transformação radical do sistema político que parecem resultar inexoravelmente, aos olhos das lideranças militares e demais membros do *establishment*, da dinâmica do populismo.

Na crise constitucional que assim se configura, duas dimensões básicas compõem o dilema que a define em nossos dias.

1. A primeira delas tem a ver com as características peculiares apresentadas pelos setores populares majoritários da população brasileira do ponto de vista político-ideológico e com as consequências de tais características relativamente às propensões daqueles setores em termos de comportamento eleitoral. A importância disso é bastante clara, já que parte crucial do problema da normalização democrática da vida brasileira passa, obviamente, pela possibilidade de recurso regular e sem sobressaltos a mecanismos de consulta eleitoral livre e consequente.

Ora, apesar da marcada heterogeneidade do eleitorado brasileiro, vários estudos mais ou menos recentes apontam de maneira reiterada certos traços que parecem distinguir o eleitorado popular em sua vasta maioria. Tais traços parecem resumir-se em algo que, em certa ótica, caberia descrever como uma ambigüidade fundamental. De um lado, trata-se aí de eleitores caracterizados por serem politicamente alheios, com freqüência propensos a atitudes

de deferência e a se deixarem mesmo impregnar, ao nível dos valores verbalizados, pela retórica empregada na propaganda de um regime autoritário como o atual. Além de se mostrarem, em proporções avassaladoras, desinformados e indiferentes com respeito aos grandes temas do debate político-institucional da atualidade brasileira, mesmo temas como o custo de vida, que se presumem afetar de maneira mais direta o cotidiano dessa fração do eleitorado, estão longe de mostrar, dentro dela, relações claras com o comportamento eleitoral favorável à oposição. De outro lado, contudo, essa propensão oposicionista não deixa de afirmar-se como característica majoritária e consciente dos setores em questão: claramente, uma vez ultrapassado certo limiar de participação sócio-política geral (deixando-se a condição de estrita marginalidade, mais marcadamente distinguida por hábitos de deferência social e por total alheamento político, a ser encontrada nos setores populares rurais e nos extremos de pobreza das populações urbanas), dá-se a tendência ao voto oposicionista.

Assim, no eleitorado popular, em cuja percepção não se integram senão precariamente os diversos aspectos ou dimensões do universo sócio-político, a opção eleitoral oposicionista parece ligar-se antes ao contraste vagamente apreendido entre o popular e o elitista (“ricos” versus “pobres”, “povo” versus “governo”), no qual se traduz uma insatisfação difusa incapaz de articular-se por referência a problemas específicos de qualquer natureza. Por outras palavras, votar na oposição é, para o eleitor em questão, um pouco como “torcer” por uma equipe popular de futebol — o Flamengo, digamos, para tomar a mais popular delas. Mas o simplismo mesmo das percepções e imagens em que se baseia essa propensão é um dos fatores a emprestar consistência e estabilidade aos padrões de votação popular: assentada a poeira das perturbações do quadro partidário, vislumbrados, em seguida a cada rearranjo mais ou menos artificial ou imposto dessa quadro, os novos contornos político-partidários da contraposição entre “povo” e “elite”, volta-se, como no populismo de pré-64 ou no MDB de pós-64, ao leito “natural”. Temos, assim, uma espécie de “síndrome do Flamengo” que não apenas tende a negar ao regime atual a possibilidade de verdadeira legitimação pela via eleitoral como também faz do populismo, na atualidade brasileira, uma fatalidade, desde que as condições institucionais permitam um jogo político razoavelmente aberto e sensível ao eleitorado.

2. A segunda dimensão da crise constitucional de nossos dias não é mais do que a contrapartida da primeira no que diz respeito às percepções e disposições dos titulares do poder autoritário, em particular as forças armadas. Ela tem a ver direta-

mente com as mencionadas restrições à incorporação plena dos setores populares ao processo político, envolvendo o objetivo de estrita “domesticação” da participação a lhes ser consentida. Essa visão se articula com a tendência a encarar como *sublevação*, real ou virtualmente, a afirmação eleitoral do inconformismo latente em tais setores — e é, sem dúvida, fundamentalmente hostil ao populismo, contra cujos destemperos e perigos as forças armadas vieram inicialmente a interferir no processo político. Uma feição peculiar do ideário que assim se compõe é a de que ele se baseia num modelo de participação sócio-política convergente e consensualista, no qual se supõe que a “índole do povo brasileiro” é por si mesma propensa à harmonia social e avessa a enfrentamentos e conflitos — e que qualquer manifestação de padrões divergentes e contestatários de participação deve ser vista como a consequência da manipulação de um eleitorado imaturo e ainda não plenamente racional por parte de lideranças espúrias e demagógicas. Naturalmente, a dinâmica da política populista não representaria senão a corroboração desse ideário, provendo justificação para uma visão politicamente paternalista e para a manutenção de padrões de tutela política.

Há, portanto, certa simetria entre a “síndrome do Flamengo” própria do eleitorado popular e o “complexo de sublevação” a ser encontrado entre os titulares do poder autoritário, caracterizando-se ambos por certo simplismo maniqueísta. Sem dúvida, trata-se, em ambos os casos, de posturas “típicas” dos setores correspondentes, e não se pode pretender que se tenha com eles uma descrição apta dos matizes de opiniões e atitudes a serem encontrados nos dois “lados”. Eles fornecem, porém, os parâmetros básicos no interior dos quais atuam, dentro e fora do chamado “sistema”, aqueles segmentos cujas perspectivas não se enquadram nos padrões descritos, e condicionam de maneira decisiva o comportamento de tais segmentos. Dentro do sistema: é bastante clara a maneira pela qual a conduta dos setores mais liberais e menos acometidos do “complexo de sublevação” tem de levar em conta a cada passo as reações dos bolsões “sinceros mas radicais” de que falava o presidente Geisel — assim como é notória a obsessão do regime por distinguir entre oposição legítima e admissível, de um lado, e “contestação”, “subversão” ou “confronto”, de outro. Naturalmente, por artificial, “hair-splitting” e frequentemente arbitrária que seja tal distinção, ela é crucial, independentemente do peso numérico relativo dos setores “duros” ou mais liberais interiormente ao “sistema”, como parte integrante das idéias em nome das quais se pretende justificar o próprio regime — e se torna tanto mais necessária quanto maior se mostra a longevidade deste, se não pretende renunciar a justificar-se. Fora

do sistema: aqui, o maniqueísmo simplório da “síndrome do Flamengo” não apenas fornece o húmus em que vicejam as lideranças e mensagens populistas, mas também o ponto de referência — de avaliação ambígua, certamente — para a ação de grupos e movimentos radicais não menos maniqueístas, embora talvez menos simplórios. E a retórica e a ação de tais grupos, por certo, são um fator adicional de corroboração do complexo de sublevação interiormente à corporação militar.

B) A segunda característica do autoritarismo brasileiro de pós-64 diz respeito ao fato de que, por contraste com os casos de regimes autoritários onde existe a figura de um caudilho que de alguma forma personifica o regime e propicia um foco de coesão, o caso brasileiro corresponde ao de um *autoritarismo sem caudilho* cujo núcleo é representado pela corporação militar como tal — caracterização que é afim, certamente, à que faz Guillermo O'Donnell em termos de regimes “burocrático-autoritários”. A ocorrência de um caso ou de outro se acha provavelmente relacionada ao grau geral de desenvolvimento e complexidade alcançado pela estrutura sócio-política, bem como ao grau de profissionalização da própria corporação militar (apesar de que o papel exercido pela figura do chefe nos regimes propriamente fascistas sugira padrões mais complexos a este respeito). Por sua vez, os aspectos que acabo de mencionar podem relacionar-se de maneira não muito simples com os mecanismos associados ao desdobramento da política ideológica e à superação da condição marcada pelos traços de grande heterogeneidade político-ideológica de que se falava acima com referência ao eleitorado brasileiro. Como quer que seja, a observação crucial tem a ver aqui com a aparente diversidade dos padrões de estabilidade e crise dos dois tipos de autoritarismo.

Assim, enquanto os regimes de caudilho parecem exibir maior estabilidade de curto prazo ao mesmo tempo em que se vêem expostos a ameaças mais sérias a sua própria sobrevivência no momento de sucessão, os regimes sem caudilho parecem debater-se de maneira continuada nas malhas de um dilema que o caso brasileiro mostra de forma clara. Caracteriza esse dilema o fato de que o êxito mesmo dos militares em excluir a “sociedade civil” do acesso às decisões políticas cruciais e em restringir a participação em tais decisões em grande medida à corporação militar tende a fazer desta última um organismo exposto à competição interna e a riscos de dissensão. Como conseqüência, qualquer projeto de regularização do processo político no contexto de predominância indisputada dos militares se torna problemático, o que se ilustra, no caso brasileiro, pelo potencial de crise a ser encontrado em cada momento de sucessão presidencial. A saída para

a dificuldade pareceria ser a expansão da esfera dentro da qual o jogo político se desenvolve e a diversificação dos atores políticos relevantes, o que favoreceria a coesão da corporação militar tanto ao propiciar o elemento de contraste quanto ao reduzir os prêmios das apostas envolvidas na competição interna. Ademais, a operação continuada do autoritarismo sem contrapesos termina por segregar, junto ao núcleo interno do “sistema”, organismos e facções vinculados à sua segurança, os quais, exprimindo a lógica mais íntima do regime, escapam em alguma medida ao controle de sua liderança ostensiva e se erigem em guardiães da ortodoxia. A problemas dessa natureza se liga, sem dúvida, a observação de que a retórica “aberturista” esteve sempre presente, expressa num vocabulário variado, no funcionamento do regime.

Contudo, a saída da abertura envolve claramente os seus próprios problemas: além de contrariar interesses criados da corporação militar como tal e de trazer o espectro do revanchismo, dá-se o perigo de que facções potenciais ou efetivas a serem encontradas dentro das forças armadas venham a estabelecer coalizões com setores da “sociedade civil”, ameaçando agravar assim o próprio problema da coesão que se trataria de resolver. Certamente mais importante em perspectiva de mais longo prazo, porém, é o fato de que, quaisquer que sejam as “chances” de que o perigo que se acaba de mencionar possa ser evitado, nas condições próprias da política ideológica e diante das disposições do eleitorado popular, o objetivo de conter a estratégia “aberturista” dentro de limites compatíveis com a “fórmula política” em vigor (com seu requisito fundamental de controle sobre a incorporação política dos setores populares) é também extremamente problemático. Onde o padrão de oscilações em que fases de busca cuidadosa de abertura ou distensão têm se alternado com fases ou iniciativas voltadas para a recomposição “dura” da coesão.

Duas proposições merecem destaque em conexão com essa análise. Em primeiro lugar, a de que os esforços relacionados com o projeto de abertura ou distensão significaram basicamente, através dos meandros e contradições expostas, a busca de institucionalização do regime como tal, ou de regularização do processo político dentro de um arcabouço *autoritário*. Há razões para se acreditar que a avaliação da viabilidade do projeto de institucionalização autoritária se modificou com o correr do tempo, e formulações explícitas e... autorizadas dessa reavaliação se têm em manifestações como, por exemplo, a conferência pronunciada por Golberi do Couto e Silva na Escola Superior de Guerra em 1980, onde o ex-ministro se refere à “painel de pressão” em que se teria transformado o organismo nacional e destaca a necessidade de um “processo descentralizador” como forma de neu-

tralizar pressões que poriam em risco a resistência do sistema. Não creio, porém, que se justifique presumir que as disposições básicas subjacentes à busca de institucionalização do próprio regime se tenham também alterado de forma substancial. E mesmo agora, quando passos inquestionavelmente importantes foram dados no processo de abertura e quando certos aspectos dos resultados das eleições de 1982 vieram reiterar com força a precariedade das perspectivas de legitimação eleitoral do regime, cumpre ver com reserva a possibilidade de que venhamos a ter uma real e conseqüente abdicação por parte dele.

A segunda proposição é a de que, precisamente pelo vigor do "ethos" básico que permeia a corporação militar, pelos fortes interesses criados, pelo temor do revanchismo e o que tudo isso coloca em jogo do ponto de vista do "sistema", este revela no fundo, de maneira paradoxal diante das manifestações aparentes acima destacadas, um *alto potencial de coesão*, que se tem tornado efetivo sempre que a dinâmica dos processos internos, em sua articulação com o jogo da sociedade civil, ameaça levar as forças armadas à cisão e ao confronto interno reais. Pondere-se, a propósito, que mesmo a intensa deterioração do organismo nacional que se observa presentemente na Argentina não foi suficiente para levar as forças armadas daquele país à efetiva ruptura da unidade. No Brasil, basta lembrar a maneira pela qual, nos momentos de sucessão, indícios de crise e ameaças de divisão interna ou mesmo de golpes têm reiteradamente dado lugar à reafirmação vigorosa da coesão, se necessário ao preço de atos de força que se contrapõem rotundamente ao discurso "distensionista" ou "aberturista". Além disso, cumpre não minimizar o significado de que fatos da gravidade dos correspondentes ao episódio do Riocentro ou ao envolvimento do SNI em numerosos assuntos escusos — fatos estes que, afinal de contas, são muito recentes, e contemporâneos de alguns dos passos mais decisivos do processo de abertura — permaneçam infensos a qualquer esforço de apuração e esclarecimento, ou sejam mesmo deliberadamente acobertados.

A conseqüência que me parece decorrer da análise é a de que, mesmo diante das hipóteses mais otimistas, em certa ótica, para o desdobramento da atual conjuntura — como, por exemplo, a de que a sucessão presidencial atualmente em jogo, dadas as dificuldades acarretadas pela conjugação da crise econômica com os problemas internos do sistema, se resolva pela convocação de eleições diretas para a presidência da República —, a crise político-institucional brasileira está longe de resolver-se. Os fatores responsáveis pela característica pretoriana da vida política brasileira continuam a operar, e não há qualquer razão para supor que o pretorianismo como tal tenha sido superado ou esteja em

vias de superar-se no refluxo do controle direto do processo político pelos militares que aparentemente presenciamos no momento.⁸ Obviamente, esse refluxo pode ser temporário — e nada, nos movimentos recentes do próprio regime brasileiro ou na experiência de marchas e contramarchas de regimes análogos em outros países, parece autorizar o otimismo que permeia certas análises da redemocratização em andamento. Trata-se aqui inequivocamente, em minha opinião, de uma situação em que a apreensão adequada do processo particular a desenrolar-se, *mesmo em seu significado de curto prazo*, requer postura distinta da representada pela "perseguição aos eventos" algo ingênua de que se falava acima — bem como a obtenção do distanciamento capaz de permitir o enquadramento teórico e, portanto, o diagnóstico apropriado do processo em questão.

III

Na impossibilidade de empreender aqui a discussão que seria necessária para tentar esboçar de maneira conveniente esse enquadramento, ressalte-se apenas a flexibilidade e riqueza analíticas de que se dispõe quando se amplia o foco para considerar, como indiquei rapidamente acima, certas características do próprio ambiente ou contexto sócio-político geral onde se dá a variedade de autoritarismo em que se inclui o caso brasileiro. Não apenas se reconhece no pretorianismo um dos traços básicos desse contexto, o que é conseqüência do impacto das transformações estru-

8. Alguns participantes do seminário sobre «Oportunidades e Limites» manifestaram estranheza pelo uso feito da noção de pretorianismo para designar uma condição em que, com a vigência do regime autoritário, não se tem a presença ostensiva e algo caótica de forças sociais diversas na cena política — presença esta apontada como característica do pretorianismo. Gostaria de contrapor a observação de que o traço fundamental da condição pretoriana, na clássica caracterização de Huntington na obra citada, é a debilidade dos mecanismos institucionais destinados a regular o jogo político, donde decorre que cada «força social» se atire à disputa política com os recursos de qualquer natureza que tenha à mão. Nessa condição, a proeminência assumida pelos militares (a qual justificaria mesmo a utilização de um termo que alude a forças militares para dar-lhe nome) tem a ver com a peculiaridade dos recursos controlados por eles, a saber, os instrumentos de coerção física; portanto, o comando político exercido autoritariamente pelos militares não é senão a realização mais cabal do pretorianismo, e seria claramente impróprio supor que a supressão violenta da manifestação das demais forças sociais redunde, por si mesma, em algo que mereça ser visto como a superação do pretorianismo. Ao contrário, a menos que se possa demonstrar, neste ou naquele caso, que o regime militar se traduz em construção institucional efetiva, a presunção deve ser a de que as demais forças se farão presentes em termos pretorianos tão logo o regime relaxe seu componente autoritário — presunção esta que a atualidade brasileira me parece justificar.

turais e da ativação de novos grupos e categorias sobre a vigência dos mecanismos institucionais que buscam canalizar de forma regular e efetiva o processo político; mais que isso, dá-se ênfase ao fato de que o que se encontra fundamentalmente em jogo nesse contexto, em conexão com a necessidade de acomodação no convívio de forças sociais diversas, é precisamente um problema de criação institucional e, portanto, de superação do pretorianismo. Por outras palavras, trata-se precisamente de estabelecer e consolidar novas regras e mecanismos institucionais que mereçam o nome — isto é, capazes de terem vigência —, o que redundará em novo pacto constitucional. Falar de “pacto”, porém, é claramente recorrer a um eufemismo, pois tal problema na verdade se coloca e “resolve” — sempre de maneira mais ou menos provisória — no embate de interesses e propostas “constitucionais” diversas, respaldadas por instrumentos de poder de natureza variada. Assim, a “solução” do problema constitucional assume feições históricas nas quais o esforço de institucionalização ou reinstitucionalização de formas políticas dadas expressará inevitavelmente as *desigualdades* que caracterizam as posições relativas das diversas forças ou focos de interesses. Além disso, a particular estrutura objetiva de desigualdade ou de relações de poder que prevalece em determinada circunstância tende ela mesma a refletir-se, no plano subjetivo, na vigência mais ou menos difundida ou hegemônica de concepções ideológicas que lhe são afins e a legitimam — com frequência em conexão com a mera capacidade de durar que o projeto institucional correspondente manifeste em decorrência da própria capacidade de recorrer com eficácia à coerção.

Feição especial das dificuldades aí envolvidas se relaciona com um paradoxo inerente à própria atividade política como tal, em suas ligações com certa ambigüidade característica do aspecto “institucional” ou “institucionalizado” da realidade social. Com efeito, essas expressões referem-se, por um lado, à esfera dos “procedimentos” ou “mecanismos” suscetíveis de manipulação e criação artificial (isto é, o institucional como *objeto*, passível de esforços de “institution-building”), esfera esta que *contrasta* com a idéia do “institucionalizado” em sentido sociologicamente mais denso, a qual alude antes à dimensão “opaca” e pouco manipulável da realidade social (o institucional como *contexto*). Ora, o drama da ação política, entendida em acepção mais ambiciosa do que a mera defesa mais ou menos imediatista de interesses próprios, reside em que, visando a modificar o institucional como contexto, deve necessariamente cumprir-se na esfera do institucional como objeto — e não pode, ao cumprir-se, escapar dos condicionamentos e restrições do seu próprio contexto (“institucionalizado”...).

De tudo isso deriva a exasperante precariedade frequentemente revelada pela caracterização deste ou daquele caso, com base em indícios de prazo mais ou menos curto, como correspondendo a um esforço bem sucedido de institucionalização. Ao lado da aparentemente exemplar democracia chilena e sua brutal ruptura em 1973 a ilustração mais patética é certamente a que resulta da aplicação simplista feita por Huntington ao caso paquistanês do contraste entre pretorianismo e institucionalização, que o leva a tratar o Paquistão de Ayub Khan como o exemplo por excelência de êxito institucional pouco tempo antes da sangrenta explosão popular que sacudiu o país e terminou por comprometer mesmo sua integridade territorial.⁹ É claramente conveniente, assim, que tenhamos em mente o que surge antes como uma dialética entre esforços de institucionalização e recaídas pretorianas a operar no contexto geral em questão, e que procuremos ser sensíveis à *fluidéz* mesma do processo que aí se desenrola como algo a ser explicado — ao invés de “modelar” e “explicar” cada trambolhão ou cada mudança de curso que dela resulta.

IV

Impõe-se, assim, procurar visualizar a conjuntura brasileira em ótica mais abrangente e de prazo mais longo. O objetivo último associado a essa mudança de perspectiva é, como parece claro, o de maior rigor teórico, por contraposição a certo empirismo *événementiel*. No contexto de crise e de alto interesse prático que cerca o presente seminário, porém, quero beneficiar-me da exigência assim detectada para me permitir, ao contrário, certa “soltura” — ou seja, valer-me da perspectiva menos apegada às circunstâncias imediatas para reflexões que, em determinados aspectos, podem parecer irrealistas, especulativas ou “futuristas”. Contudo, além de sua relevância pela luz especial que pode permitir projetar sobre problemas prementes do presente, essa abordagem “solta” poderia talvez justificar-se mesmo analiticamente como indicação tateante de dimensões a serem tidas em conta em esforços teóricos mais rigorosos.

Uma primeira ponderação que se poderia fazer, em correspondência com pontos destacados anteriormente, é a de que a superação da característica pretoriana que marca a atualidade brasileira envolve, de maneira mais direta, certos requisitos de ordem sócio-psicológica. Quero referir-me com isso a um aprendizado de convivência cívica que, exigindo necessariamente o transcurso do

⁹ Cf. *Political Order*, op. cit., pp. 250 ss., especialmente p. 251.

tempo e certo acúmulo de experiências que lhe sejam favoráveis, venha a permitir, muito especialmente, a superação do “complexo de sublevação” acima apontado nas forças armadas. Por certo, a dimensão sócio-psicológica tem raízes num substrato estrutural em que se dão as relações de poder antes salientadas, além de que a relevância daquela dimensão está longe de reduzir-se ao âmbito das forças armadas. Mas a própria alusão a forças militares contida na expressão “pretorianismo”, como designação da condição mesma de debilidade institucional, aponta para o que é certamente o traço mais rombo e saliente do autoritarismo que viceja na condição pretoriana: o de que, no vale-tudo da carência de regras e mecanismos institucionais vigorosos, prevalece, como lembra Hobbes em passagem freqüentemente citada, quem controla o trunfo representado pelos porretes — ou por modernas escopetas e bombas de gás lacrimogêneo. O problema de como se dispõem as forças armadas face ao processo político é, portanto, crucial — e a preocupação de pensar em termos estratégicos (isto é, instrumentais e conseqüentes) a transição para uma democracia institucionalizada e estável em condições como as brasileiras requer o reconhecimento preliminar de que as forças armadas têm que ser, digamos, contidas. A democracia não se fará contra a vontade de militares coesos, e apostar nas clivagens militares não parece, como vimos, muito promissor, a não ser como ameaça a contribuir para as oscilações entre ocuparem as forças armadas o primeiro plano da cena política ou o refluxo para uma posição de retraimento relativo — e expectativa vigilante. De outro lado, uma tradição de civismo apolítico entre os militares não se cria, por definição, da noite para o dia.

Creio ser fatal admitir que precisamente a articulação do aspecto sócio-psicológico com o de relações de poder impõe, nas condições próprias da política pretoriana, grande ceticismo quanto à solução real do problema institucional em prazos previsíveis com um mínimo de segurança. Tudo indica que tal solução, com a maturação necessariamente lenta envolvida no aprendizado de convivência cívica que a compõe, é algo a ser obtido no longo prazo. Como o doente que, através das agruras da convalescença mais ou menos demorada, um dia pode *lembrar-se* de sua enfermidade e dar-se conta retrospectivamente de que goza agora de boa saúde, não caberia, a rigor, senão esperar que as gerações do futuro (próximo?) viessem a ter a consciência retrospectiva da saúde política do país. Tal desalento, ademais, encontra fundamento na seqüência não reversível que parece existir nos casos “clássicos” de desenvolvimento político entre o momento de instauração de um governo responsável e constitucional (no sentido da tradição de constitucionalismo) e o momento *posterior* de mo-

bilização e criação de um processo eleitoral efetivo, seqüência esta não observada nos países que vivem hoje a experiência pretoriana.¹⁰

Seja como for, navegar é preciso — e cumpre, pois, tratar de, em alguma medida, puxar-se pelos próprios cabelos, ou seja, insistir no esforço de pensar em termos instrumentais e estratégicos, o qual é o acicate por excelência mesmo da adequada delimitação *analítica* dos problemas. Nessa perspectiva, cabe salientar, em minha opinião, dois conjuntos articulados de proposições relativamente à atualidade política brasileira.

O primeiro tem a ver com o reconhecimento de que é indispensável que haja, de parte dos setores de opinião que se opõem ao regime vigente e se empenham na democratização real da vida brasileira, a disposição realista de *negociação* frente às forças armadas, enquanto ator decisivo do ponto de vista do objetivo de superação do autoritarismo quando nada em seus aspectos mais grosseiros. Como não se trata de institucionalizar o próprio autoritarismo, mas de instituir condições compatíveis com a modificação de propensões e atitudes arraigadas e de inaugurar, eventualmente, uma tradição cívica, é igualmente indispensável que o necessário componente de realismo não comprometa a visão dos objetivos e de seu desdobramento no tempo. Parece claro que dificilmente se justificará apostar na eventual contenção definitiva das forças armadas em um quadro institucional estável se o empenho de acomodação e aplacamento envolvido na disposição de negociar for demasiado pressuroso, comprometendo a dimensão constitucional maior do objetivo de institucionalização.

A combinação dos aspectos a comporem essa dupla exigência redonda em que a disposição de negociação deve, em primeiro lugar, estar complementada pela disposição de testar a cada passo a linha de resistência do regime e de tirar proveito das dificuldades e dilemas que o autoritarismo prolongado acarreta para a própria corporação militar; e, em segundo lugar, respaldar-se nos recursos máximos de poder que os setores interessados na democratização plena possam controlar — recursos em cuja ausência a “negociação” não seria muito mais que mero apelo à abdicação, apesar dos dilemas recém-mencionados.¹¹ Tais cautelas, contudo, não podem contrariar o que seria uma decorrência fundamental do diagnóstico aqui ensaiado: a de que se impõe buscar “pro-

10. Cf. Giovanni Sartori, *Parties and Party Systems: A Framework for Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, 1976, vol. I, pp. 22-3.

11. No período posterior ao momento em que o presente texto foi escrito, a campanha das eleições presidenciais diretas representou, obviamente, a mobilização bem sucedida de recursos disponíveis por parte das forças oposicionistas.

cedimentos” ou “mecanismos” institucionais que contemplem sem subterfúgios a presença decisiva das forças armadas e procurem regular “construtivamente” tal presença — na idéia de “construtivo” entrando aqui a procura de certo equilíbrio entre aspectos como: 1) o reconhecimento do poder real da corporação militar e a busca de alguma forma mitigada de traduzi-lo institucionalmente; 2) a preocupação de eliminar o atual insulamento das forças armadas face à sociedade em geral, permitindo seu convívio político-institucional regular com os representantes de variados focos de interesses e opiniões; 3) o empenho de neutralizar gradualmente precisamente as condições que tornam necessários “artifícios” como estes, o que se poderia procurar traduzir, por exemplo, em dispositivos que contemplassem o reexame da vigência dos mecanismos previstos ou sua reformulação em prazos determinados. Dado o ar rarefeito da região em que me movo, limito-me a essas vagas sugestões.¹²

O segundo conjunto de proposições acima anunciado tem a ver com a questão dos partidos e seu papel no processo em exame. Claramente, no instrumento partidário-eleitoral se tem o recurso de poder por excelência de que se falava há pouco como devendo

12. Na perspectiva de pós-15 de janeiro de 1985, não obstante a justificada euforia — ou antes por causa dela —, é indispensável lembrar que a questão das forças armadas certamente subsiste como questão importante, sendo um dos itens salientes da agenda da Assembléia Constituinte que se espera para breve. A tendência natural, num momento de desafogo como o que parece abrir-se ao cabo de 20 anos fundamente marcados pela presença política dos militares, é a de fazer caso omisso de seu peso peculiar na realidade brasileira e retomar pura e simplesmente a ficção legal dos militares como meros guardiães neutros e profissionais da legalidade e da soberania nacional. Tal tendência é tão natural quanto a que, na obscuridade do autoritarismo anterior às históricas eleições de 1974, e pouco tempo antes delas, chegava, em nome da avaliação «realista» da falta de vitalidade que então caracterizava o Legislativo brasileiro, a recomendações como a de transformá-lo numa espécie de *think tank*, abrindo-se mão de ter nele um órgão de representação da coletividade. Naturalmente, o impacto dos resultados eleitorais de 1974 e os eventos posteriores expuseram com clareza o irrealismo desse suposto realismo, que deixava de lado componentes importantes (embora «latentes») da realidade política brasileira de então. Simetricamente, é preciso evitar agora o jogo de faz-de-conta que se acredita capaz de abolir o peso político dos militares por meio de um ato legal — e arrisca com isso ver esse ato mesmo atropelado pelos militares numa esquina próxima ou algo mais longínqua de nosso processo político. Seria necessário, ao contrário, na formulação dada por Marcus Figueiredo em reunião recente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, procurar *explicitar*, em termos capazes de reclamar a aquiescência conseqüente das forças armadas, regras para o jogo *real* que as tem como participantes. A esperança — ou a aposta — é que assim se possa chegar a efetivamente mudar tal jogo, ao invés de se continuar perdendo repetidamente a aposta de que os militares fiquem, sem mais, nos quartéis.

respaldar a disposição à negociação por parte dos setores interessados na democratização. Tal afirmação parece válida sempre que se possa presumir que não basta a pura capacidade de coerção com que contem os militares coesos — o que, registre-se com clareza, é algo conjunturalmente variável, mesmo num quadro geral de aparente avanço dos movimentos de abertura e regularização política: ocasionalmente *basta* aquela capacidade. Como quer que seja, o processo de experimentação partidária mais ou menos imposta pelo qual temos passado permite, em seu confronto com a experiência partidária de pré-64, a observação de certas regularidades significativas. Ressalta dentre elas o que se descreveu antes como a “síndrome do Flamengo”, em que certo tipo de consistência oposicionista se conjuga, nos setores majoritários do eleitorado popular, precisamente com traços que, do ponto de vista de padrões sofisticados e coerentes de envolvimento político e de estruturação do universo político, seus problemas e os interesses em jogo, não podem ser vistos senão como *deficiências*. Tais características, se abrem a porta ao populismo e dificultam a legitimação eleitoral de um regime dotado da marca antipopular que tem distinguido o atual, associam-se também com a vigência, na consciência popular, de uma forma singela de bipartidarismo latente que: 1) coloca problemas peculiares aos movimentos partidários que pretendam dirigir-se a essa fração do eleitorado, sobretudo o dilema da opção entre mensagens e posturas mais ideológicas e principistas (até mesmo orientadas, eventualmente, por uma preocupação “pedagógica” de mais longo prazo, votada justamente a *criar* uma consciência popular de outro tipo) e as exigências clientelísticas ou populistas do êxito eleitoral mais ou menos imediato; 2) situa como estratégia óbvia do regime a de tratar de obter uma estrutura partidária fracionada, e sobretudo de ver multiplicados e mutuamente hostis os partidos de maior apoio popular potencial — ao contrário do que se deu com a implantação forçada do bipartidarismo, baseada num erro de diagnóstico que redundou em “vestir” institucionalmente o bipartidarismo latente e em reforçar a tendência ao “plebiscitarismo” eleitoral que decorre deste. Que dizer do ponto de vista da articulação da questão partidária com a das perspectivas de superação do autoritarismo atual e, eventualmente, do próprio pretorianismo?

Em primeiro lugar, seria importante, na atuação relacionada com a construção partidária, neutralizar junto aos mentores do regime a impressão ou convicção de que as manobras casuísticas nesta área pagam eleitoralmente — e de que o regime poderia vir a desfrutar de legitimação eleitoral estável desde que se chegasse a encontrar a fórmula adequada. A história eleitoral recente de pós-64 comporta, em minha opinião, mais de uma leitura a este

respeito. Por um lado, é patente a inclinação oposicionista manifestada pela maioria do eleitorado, como assinalado acima. Mas, por outro lado, são também fatos que a perplexidade popular perante uma nova estrutura partidária imposta permitiu ao regime produzir resultados eleitorais favoráveis durante vários anos em seguida a 1965; que, mesmo em 1982, num estado como o Rio Grande do Sul — talvez o mais avançado do ponto de vista do envolvimento político do eleitorado, além de ser o berço de algumas das lideranças mais hostilizadas pelo regime — foi possível neutralizar o oposicionismo majoritário e ganhar a eleição com um candidato governista singularmente desmoralizado; que, em geral, a oposição ao regime se mostrou bastante sensível às manobras divisionistas, sensibilidade cujos efeitos se poderiam ver agravados pela experiência de partilharem os partidos oposicionistas o poder no nível estadual. Compostas com a desconfiança, de parte dos setores militares, relativamente à própria legitimidade do processo eleitoral, dada sua percepção da imaturidade e manipulabilidade do eleitorado e dos perigos da demagogia populista, observações como essas persistem como estímulo às esperanças casuísticas — e as fórmulas que daí nascem continuam a encher o noticiário dos jornais.

Creio que caberia extrair daí certas prescrições, que se resumiriam no reconhecimento do importante papel que estaria destinado a cumprir, na cena política brasileira, um partido de orientação popular dotado de suficiente flexibilidade para acomodar matizes diversos do espectro político de oposição, por um lado, e capaz, por outro lado, de penetração bastante forte e estável junto ao eleitorado popular heterogêneo para dissuadir as manobras de institucionalização autoritária via processo eleitoral. Sou da opinião de que esse partido (segregado, por assim dizer, pelas contradições da própria revolução de 1964) existiu, pelo menos embrionariamente, no extinto MDB — e de que foi um erro, do ponto de vista do jogo estratégico relacionado ao objetivo de transitar eventualmente para a superação estável e institucionalizada do autoritarismo, a resposta faccionária dada por certas lideranças oposicionistas à decisão governamental de dissolver a estrutura bipartidária. Por certo, política se faz de interesses e perspectivas múltiplas e divergentes, e a existência e o potencial de atração político-eleitoral das lideranças recém-mencionadas, com seus interesses e perspectivas próprias, são um dado como outro da realidade brasileira do momento — dado com o qual, precisamente, contaram desde o início os estrategistas da reformulação partidária recente.¹³

13. De novo, a campanha das eleições diretas e seu desdobramento na campanha de Tancredo Neves representam clara comprovação da proposta

Mas, à parte as considerações diretamente estratégicas de confronto com o “sistema” e seus objetivos próprios, o tema dos partidos situa a questão mencionada da convivência do “ideológico” com outros critérios e formas de orientação e participação política. Ademais de seu interesse próprio no contexto dos problemas até aqui tratados, tal questão nos permite transitar para outros temas de alcance mais amplo e igualmente de interesse no quadro de nosso seminário, sobre os quais me parece oportuno dizer algumas palavras como fecho destas notas.

Quanto ao primeiro aspecto, uma observação básica. Ela se refere às dificuldades trazidas à compreensão dos processos em jogo na atualidade brasileira pela tendência à contraposição demarcada cortante entre a esfera da ideologia, por um lado, e, por outro, a do pragmatismo dos interesses em que vicejam fenômenos tais como máquinas políticas, clientelismo e populismo. Tal contraposição, sempre presente, com roupagem variada, no discurso — embora não necessariamente na prática — dos políticos profissionais, caracteriza também com frequência o enfoque dominante entre os analistas da política, inclusive os cientistas sociais. Via de regra (apesar da inversão que se encontra a respeito entre os teóricos do “fim da ideologia”, nos quais há a apologia pelo menos implícita de certo tipo de pragmatismo), a contraposição entre as duas esferas envolve uma concepção idealizada de “política ideológica”, a qual, supostamente dando-se em torno de “valores”, é erigida em política “autêntica” ou “genuína”.¹⁴ Naturalmente, as manifestações, acima mencionadas, em que os interesses se fazem presentes de maneira direta (clientelismo, máquinas políticas, certas formas de populismo) não podem surgir senão como manifestações “degeneradas”, sendo avaliadas de maneira marcadamente negativa.

«agregadora» contida nessa análise, a alguns aspectos da qual se voltará adiante. Por outro lado, a conjuntura do início de 1985 indica que o PMDB conta com boas perspectivas de exercer o papel cujo potencial se atribui no texto ao seu antecessor.

14. Na verdade, as confusões a respeito vão além do que sugere essa formulação, pois parece haver também uma curiosa inversão, a julgar pelo que se esperaria, em certa ótica, da orientação básica dos autores, no que se refere ao apego à «política ideológica» ou à «política pragmática» como propostas. Assim, são com frequência os autores aparentemente mais orientados para um ideal de consenso que falam de «interesses» e do pragmatismo como meta (como os do «fim da ideologia» recém-mencionados), enquanto autores marxistas e «realistas» erigem a política ideológica, com a ênfase nos «valores», como modelo. Há interessantes desdobramentos teóricos envolvidos nisso, dos quais não caberia tratar aqui.

Ora, essa perspectiva tem impregnado intensamente a discussão sobre os partidos políticos no Brasil, onde a questão da “autenticidade” dos partidos tem ocupado lugar de destaque e onde “partido autêntico” tende a tornar-se sinônimo de “partido ideológico” — entendendo-se por isto aquele que dirige mensagem nítida a uma fração determinada do eleitorado, o qual, por sua vez, é visto como devendo idealmente distribuir-se com clareza ao longo de um eixo que resulta corresponder à clássica contraposição entre direita e esquerda. Essa visão, apesar do que pode ter, à primeira vista, de contraditório diante da norma consensualista que antes apontamos no ideário do regime, tem sido esposada mesmo por setores do governo, na medida em que se ajusta ao empenho de romper a “frente” oposicionista eleitoralmente eficaz que veio a constituir-se no período bipartidário. Desnecessário dizer que ela se ajusta à perfeição a idéias vigentes em setores mais radicais das forças de oposição.

Por certo, não se trata de negar relevância à distinção entre ideologia e pragmatismo em alguns dos aspectos que a ela se associam em perspectiva analítica adequada — entre eles o de que os *interesses*, tomados enquanto tal, podem ser vistos tanto em perspectiva de curto prazo quanto de longo prazo, ou em seu caráter de maior ou menor universalismo, e que tais matizes são da maior importância para a estruturação que se venha a realizar do universo sócio-político e, conseqüentemente, para o comportamento político-eleitoral. Deixando de lado as complexidades analíticas maiores do problema, porém, pondere-se apenas que a perspectiva dominante nos debates recentes não tem revelado sensibilidade para certos truísmos da sociologia dos partidos políticos — em particular para a noção de que a estes, se lhes cabe expressar interesses mais ou menos claramente identificáveis em seus contornos sociais, cabe-lhes também, sob pena de se pulverizarem indefinidamente nessa busca de representatividade e “autenticidade”, *somar* ou *agregar* interesses diferenciados e dar-lhes, assim, condições de afirmação eficaz no processo político. Conjugada com as características das parcelas majoritárias do eleitorado popular brasileiro que se examinaram anteriormente, essa necessidade transforma em larga medida o problema, do ponto de vista das lideranças potenciais ou reais dos movimentos político-partidários de cunho popular, no de optar entre partidos “inautênticos” com eleitores e partidos “autênticos” sem eleitores. Assinale-se, ainda, não serem muitas as razões para esperar que, mesmo em condições hipoteticamente mais favoráveis do que as que prevalecem atualmente no Brasil, um esforço “pedagógico” de longo prazo permitisse escapar inteiramente daquele dilema. Esta

parece ser a lição contida em traços característicos da evolução dos sistemas partidários de alguns países da Europa ocidental, onde certos autores pretendem ver mesmo um dos aspectos centrais da propalada “crise dos partidos”: em especial, a transformação de partidos ideológicos em “catch-all parties” eleitoralmente orientados.¹⁵

O segundo aspecto acima anunciado da questão do ideológico tem ramificações talvez ainda mais complexas: refiro-me ao tema da ideologia em suas conexões com o problema da articulação entre identidade individual e identidade coletiva.

Tal problema é por certo relevante já na perspectiva mesma dos partidos políticos. Assim, um desdobramento singularmente importante da distinção entre ideologia e pragmatismo em conexão com o tema dos partidos é o de que os partidos ideológicos (sob denominações várias) tendem a dirigir seu apelo a fatores supostamente cruciais para a própria conformação da identidade coletiva de categorias determinadas de eleitores ou, mais amplamente, atores políticos. Muito da força deste apelo depende do grau em que a referência às categorias coletivas em questão (trabalhadores, determinado grupo étnico ou religioso) se revela importante para a definição da identidade *individual* de seus membros, estabelecendo-se assim uma correspondência ou fusão entre identidades coletivas e individuais, correspondência esta que seria mesmo a condição para que as identidades coletivas existissem enquanto tal.

Ora, um aspecto decisivo dos problemas que surgem em torno disso diz respeito ao fato de que, em qualquer momento dado, são muito variados os fatores ou dimensões que podem em princípio competir como pontos de referência para a definição da identidade coletiva. Na linha do tipo de ênfase à ideologia destacado no parágrafo anterior, tende-se a salientar certos fatores que têm a ver com a inserção em grupos ou coletividades “multifuncionais” de participação envolvente e largamente “adscritiva” ou não voluntária. Várias dificuldades decorrem daí.

Para começar, ainda que se admita a importância desse tipo particular de inserção social como fator de conformação da identidade — importância esta que se torna especial precisamente em correspondência com seu caráter envolvente, “adscritivo” e “opaco” —, subsistem, mesmo neste nível, focos alternativos em competição: a classe social, o grupo étnico de origem, a própria sociedade “global” ou nacional, a cada um dos quais se pode pretender atribuir um papel especial quanto a condicionar a identidade básica

15. Uma análise da literatura relacionada com a crise dos partidos pode ser encontrada em Gianfranco Pasquino, *Crisi dei Partiti e Governabilità*, Bolonha, Il Mulino, 1980, especialmente cap. I.

dos indivíduos. O empenho de obter, através da ação política, que tal ou qual foco particular venha efetivamente a prevalecer sobre os demais acarreta o problema de transformar *ipso facto* a questão da identidade em objeto de atuação estratégica e “artificial”, o que se coloca em contradição com o próprio princípio envolvido em privilegiar, na definição da identidade, a forma de inserção social em questão, com o que tem de “dado” e “natural”. Como se percebe, estamos diante de uma faceta especial do problema geral das ligações e tensões (se se quiser, a dialética) entre o institucional como contexto e como objeto de que se falou acima. Mas trata-se de uma faceta particularmente importante, pois toca, através da temática da identidade, na questão crucial da *autonomia*. Em síntese, as dificuldades giram em torno do problema fundamental de como, a partir do suposto de que certos fatores sociais dados, “opacos” e mesmo coercitivos são um componente inevitável da definição da identidade individual e de um correspondente ideal de autonomia (o qual não teria sentido sem a identidade), estabelecer um equilíbrio “adequado” entre a observância do princípio “espontaneísta” aí contido e as exigências da ação política — que podem, no limite, redundar em manipulação e, portanto, na negação da autonomia. Acrescente-se, porém, que a idéia de autonomia encerra também a exigência de que as decisões e ações do sujeito não estejam inteiramente condicionadas pelos aspectos “dados” de sua identidade, mas envolvam opções reais e tão ricas quanto possível a partir deles — e é bastante claro que a ação política e estratégica não só é um instrumento precioso a este respeito, mas pode sê-lo mesmo enquanto vise à reformulação dos vínculos “dados” entre identidade individual e coletiva.¹⁶ E acrescente-se ainda que a mesma linha de considerações levaria a ver com reservas o recurso a fatores ou critérios “adscritivos” de definição da identidade e de formulação de objetivos de autonomia a não ser na medida em que tais fatores ou critérios sejam passíveis de *superação* precisamente enquanto “adscritivos”: trata-se, por outras palavras, de expandir sempre a área do voluntário e deliberado, mesmo no que diz respeito à conformação da própria identidade.

Essas questões, formuladas aqui de maneira tão abstrata, são, ao contrário do que poderia talvez parecer, de grande importância no contexto geral em que se situa a temática de nosso seminário, e creio que o melhor entendimento de muitos dos pro-

16. Uma ilustração dessa possibilidade se tem, na atualidade brasileira, no papel catalizador que vimos antes ser exercido pelos partidos, com todo o seu «artificialismo», perante identidades coletivas toscamente apreendidas ou estruturadas.

blemas com que se defrontam os países de industrialização recente nas vicissitudes de sua vida política passam pelo melhor esclarecimento delas. Deixo de lado sua relevância óbvia do ponto de vista da temática das classes sociais, pois elas tocam no cerne mesmo de algumas das dificuldades maiores da vasta literatura dedicada aos problemas correspondentes, a qual está longe de restringir-se à órbita dos países mencionados. Mas o breve exame de duas temáticas adjacentes será talvez pertinente mesmo do ponto de vista das classes sociais.

A primeira delas é a das relações raciais, que não tende a ser objeto muito freqüente de exame no quadro das transformações da sociedade brasileira. Os desafios analíticos situados pela existência de múltiplos focos possíveis de identidade coletiva, bem como suas implicações práticas, se mostram talvez de maneira especialmente vívida em conexão com a questão racial se se ponderam os seguintes pontos. Por um lado, é patente que a existência do preconceito racial e de discriminação baseada em características raciais representa um aspecto odioso da estrutura social brasileira que cumpre combater e suprimir. Aventuro-me a propor, contudo, apesar de reconhecer que se trata aqui de terreno delicado e polêmico, que daí não se segue que a luta pela igualdade racial no Brasil deva passar necessariamente, como pretendem certas correntes, pela afirmação de uma identidade negra como tal. Certamente não seria o caso de tomar como modelo a respeito a experiência dos Estados Unidos, onde a memória profundamente amarga de ódio racial não permite contemplar como solução plausível para o problema racial senão a de uma espécie de “federação” de grupos raciais, os quais viriam eventualmente a relacionar-se igualitariamente, mas de maneira pelo menos latentemente hostil, “de potência a potência”. No caso do Brasil (em parte como decorrência da própria ideologia de democracia racial e do ingrediente paternalista que tem marcado as relações raciais, apesar do que ambos envolvem também de mascaramento e mistificação), haveria talvez razões para esperar que condições de efetiva igualdade racial viessem a implantar-se sem a passagem pela fase da afirmação beligerante. Evitar a passagem por tal fase pareceria ser um requisito para que se possa aspirar a uma condição “final” em que se tivesse, além da igualdade real, o convívio relaxado e fraterno entre as raças: note-se que, diferentemente do que ocorre com as classes sociais, onde se pode conceber um processo de luta resultando na *eliminação* das classes como tal e na criação de uma sociedade sem classes, no caso das raças a luta deverá ser seguida pela convivência (igualitária, no melhor dos casos) das raças que tenham lutado, se se exclui a hipótese absurda — e racista — da eliminação de qualquer delas. Por certo, pode dar-se o caso de

que a criação de uma sociedade racialmente igualitária em nosso país venha a exigir a neutralização de uma identidade racial negativa já efetivamente existente entre os grupos de cor, caso em que se tornaria inevitável a passagem pela etapa da afirmação psico-social de uma identidade coletiva por parte de tais grupos. Este aspecto envolve, porém, uma questão empírica de grande complexidade e com respeito à qual não cabe simplesmente supor que estejamos suficientemente esclarecidos, nem muito menos derivar de tal suposição prescrições problemáticas e que encerram grandes riscos do ponto de vista do objetivo de uma sociedade igualitária e harmônica.

A segunda das duas temáticas referidas é a da nação e da "identidade nacional". Do ponto de vista de preocupações práticas ou normativas, dificilmente seria preciso salientar a importância deste tema e do uso que dele é feito. Sem falar de nazismo e fascismo, assinale-se de passagem a maneira pela qual, mesmo no que se refere aos países liberal-democráticos, retóricas e comportamentos truculentos e irresponsáveis, que não seriam vistos normalmente senão como pueris em qualquer outro contexto, tendem a ser tomados com naturalidade quando adotados por líderes supostamente sérios em nome do interesse nacional ou da "dignidade" nacional. No contexto brasileiro, por sua vez, é notório o papel cumprido pela ideologia oficial de "segurança nacional" como parte do "complexo de sublevação" de que se falou antes, a qual apenas admite como objetivos legítimos para a ação de qualquer participante potencial no processo político aqueles objetivos que sejam percebidos como compatíveis (segundo critérios estreitos, apesar de obscuros) com um princípio consensualista referido aos "verdadeiros interesses da nação". Como a centralização político-administrativa e o enfraquecimento da federação ilustram relativamente a interesses e identidades regionais, as classes sociais, apesar de sua importância, estão longe de ser o único caso de interesses parciais ou de focos potenciais de identidade coletiva cuja pretensão de serem reconhecidos como tal por parte do estado ou do "sistema" se vê deslegitimada no clima assim produzido.

Mas as coisas não parecem muito melhores no campo analítico. Deixando de lado a produção acadêmica "nacionalista" dos anos 50 e tomando a chamada "teoria da dependência", que pretende conter a crítica do nacionalismo, é possível sustentar que a questão da nacionalidade como foco de identidade coletiva se mostra já na posição central de que nela desfruta a própria noção de dependência. Pois, obviamente, falar de dependência envolve necessariamente a idéia de uma "entidade" dependente de outra. Além disso, é certamente incontestável que o lugar central ocupado na teoria

pela noção de dependência se acha fortemente ligado a uma prescrição ou desiderato dirigido às "entidades" que são tomadas como objeto de estudo, desiderato este que corresponde ao oposto da condição de dependência, ou seja, à autonomia. Ora, as "entidades" de que se trata são, claramente, países. Mas se parece natural aplicar ao seu estudo, como o faz a teoria, categorias como autonomia e dependência, isto certamente tem a ver com o fato de que se percebem tais países como sendo, ademais de meras "sociedades", unidades coletivas caracterizadas por certa *identidade*, seja cabalmente realizada ou virtual — identidade esta que é o que permite fazer sentido do pleito em prol da autonomia contido na teoria. Pois se se tratasse apenas de considerar tais entidades ou países enquanto sociedades, caberia reconhecer que existe, afinal de contas, a possibilidade de se falar de "sociedade" tanto ao nível planetário, num extremo, quanto, no outro extremo, ao nível de qualquer unidade reduzida de natureza étnica, territorial ou outra. O privilégio concedido aos países e às relações entre eles pela teoria da dependência envolve claramente — apesar da ênfase dada à articulação de classes e a fenômenos correlatos na análise de tais relações — a suposição de que os países são as entidades que cabe tomar mais "naturalmente" como focos de identidade coletiva e conseqüentemente de autonomia. Em suma, *parte-se* de tomar o país como *nação*, ou do *postulado* da identidade nacional. E parece certo que, vista do ângulo de países como o Brasil, a "receita" prática implícita redundante em que venham todos a reproduzir o modelo de potência autônoma que corresponde, digamos, aos Estados Unidos do século XX.

Não discutirei até que ponto existirá (ou terá existido) a oportunidade histórica de tal reprodução, embora me pareça que aqui se enraizam problemas, decisões a serem tomadas, revisões a serem feitas, todos de transcendental importância para as sociedades industriais periféricas — cuja premência se agrava pela dramática evidência de interdependência correntemente propiciada pela crise econômico-financeira, sem falar do alcance planetário de problemas como o dos armamentos nucleares. Além disso, não se pretende contestar seja a contribuição analítica da teoria da dependência, seja a importância ou legitimidade, em certa ótica, dos objetivos práticos de conteúdo autonomista que ela envolve de forma explícita ou latente. Do ponto de vista analítico, por exemplo, é óbvio que a literatura da dependência ajudou a esclarecer problemas importantes, e pelo menos parte substancial do êxito por ela obtido (representando mesmo um dos poucos produtos do trabalho de especialistas latino-americanos que terminaram por impor-se ao mundo "central" das ciências sociais) se deve a seus méritos neste plano. Mas dois pontos devem ser des-

tacados. Em primeiro lugar, o de que a omissão, no nível analítico, do tema da nação como tal na teoria da dependência é inaceitável e injustificável, devendo-se provavelmente apenas a certo pudor condicionado pela baixa estima em que o tema é tido na tradição marxista que inspira a maior parte dos “dependentistas”. Em segundo lugar, o de que a leitura “nacionalista” que vulgarmente se faz da teoria da dependência não é uma casualidade que nada tenha a ver com os postulados e proposições da própria teoria. Pois esta, apesar do pudor e da omissão recém-mencionados, não deixa de responder a problemas substancialmente afins aos da corrente nacionalista anterior através de supostos que entram pela porta dos fundos e dão razão, em parte, à crítica que neste sentido lhe foi dirigida por Francisco Weffort anos atrás — pondo de lado aqui a avaliação do acerto da perspectiva a partir da qual se formula tal crítica.¹⁷

Isso me parece desaguar em uma observação, talvez banal quando ponderada em certa perspectiva, talvez lírica quando vista em outra, mas que acredito de decisiva importância: a de que o “modelo” em que se dá a correspondência entre mecanismos psico-sociológicos de identidade coletiva e mecanismos organizacionais ao feitio do estado nacional equivale a um projeto de organização sócio-política geral que nada tem de inerentemente “natural”, nem faz jus a ser erigido em princípio do qual se pretenda derivar prescrições a qualquer título mais “virtuosas” ou desejáveis. Proponho inequivocamente, com base na idéia anteriormente sugerida de que o empenho de pensar estratégica e instrumentalmente acaba sendo o melhor teste de nossa capacidade de lidar *analiticamente* de maneira satisfatória com os problemas, que é preciso examinar formas alternativas de organização política. Se tal proposta parecer irrealista do ponto de vista prático, pondere-se que não há como negar a agudeza e a urgência precisamente dos problemas práticos que giram em torno dela. Não vejo, assim, porque nós, cientistas sociais, haveríamos de deixar de considerá-la com todos os recursos à mão — e nos limitarmos a confiar, enquanto cidadãos e partes interessadas, em que as melhores soluções venham a brotar ainda e sempre, como pretendia Oakeshott, do “nevoeiro mental da experiência prática”.¹⁸

17. Francisco Weffort, «Nota sobre a ‘Teoria da Dependência’: Teoria de Classe ou Ideologia Nacional?», *Estudos CEBRAP*, I, 1971, onde se encontra também a réplica de Fernando Henrique Cardoso, sob o título «‘Teoria da Dependência’ ou Análises Concretas de Situações de Dependência?».

18. Michael Oakeshott, *Experience and its Modes*, Cambridge, Cambridge University Press, 1966, citado em Sartori, *Parties and Party Systems*, op. cit., p. 18.